

Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)¹

Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa
Depto. de História e Geografia da UFCG

RESUMO

Este artigo analisa os projetos e as tensões que marcaram a vida dos habitantes de Campina Grande, Paraíba, no período de 1930 a 1945, quando a cidade foi palco de uma atribulada reforma urbana. Busca compreender como as elites letradas e proprietárias campinenses vivenciaram essas mudanças que afastaram parcela dos comerciantes, profissionais liberais, proprietários de terra e de imóveis etc. das ruas centrais, palco principal da sua teatralização do poder. Além de analisar o caráter singular da reforma urbana de Campina Grande, problematiza-se parte da historiografia brasileira que superestima a dimensão disciplinar que teria marcado o advento das cidades modernas no Brasil, pois, mais do que a universalização dos chamados valores modernos, encontram-se tensões e múltiplas leituras da sua institucionalização.

Palavras-chave: Cidade. Reforma urbana. Historiografia.

ABSTRACT

This article analyses the projects and tensions that marked the life of the inhabitants of Campina Grande, Paraíba, Brazil, between 1930 and 1945, when the city was the center of a very confusing urban reform. It explains how the elites lived the changes that moved away from the downtown — the stage for the performance of power — a great number of liberal professionals, landowners, real estate owners, and merchants. Besides analyzing the singular characteristics of the urban reform in Campina Grande, the author questions the Brazilian historiography that overestimates the disciplinary dimension that would have marked the birth of the modern cities in Brazil. He finds out that more than the universalization of the so-called modern values, what predominate are the multiple readings and reactions to the institutionalization of the cities.

Keywords: City. Urban reform. Historiography.

A manchete que lemos na primeira página do *Jornal de Campina*, em fevereiro de 1933, não poderia ser mais alvissareira: “Campina Grande vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras.”² É o relato da visita do urbanista Nestor de Figueredo à cidade, a convite do interventor Gratuliano de Brito e do secretário do Interior e Segurança Pública da Paraíba, Argemiro de Figueredo.

Tão logo souberam de sua presença na cidade, os diretores do jornal foram em seu enalço para “obter impressões e comunicá-las ao público”. De saída, explicitaram o que esperavam da visita do urbanista e de seu trabalho no “plano” para a cidade.

(...) procuramos ouvir o dr. Nestor de Figueredo a respeito do que ele viu em nossa terra e o que é possível fazer para se transformar Campina numa cidade moderna, confortável, que possa atrair turistas, e possa aumentar as possibilidades do grande ritmo de todas as suas surpreendentes atividades.³

Nestor de Figueredo vinha realizando planos urbanísticos em cidades da Paraíba e em Recife, Pernambuco, o que o tornava uma referência, em termos de planejamento urbano, para os letrados nordestinos, dando um significado todo especial à sua presença na cidade.⁴ Na sua vinda a Campina Grande, desempenhou muito bem o seu papel. Fez coro com os arroubos ufanistas da imprensa e de letrados locais, rasgando elogios ao crescimento e potencial da cidade, “o terceiro mercado de algodão do mundo, a maior praça comercial do Estado, cidade de surpreendente movimento urbano, enfim, um centro admirável de trabalho”⁵

A presença do arquiteto e urbanista Nestor de Figueredo em cidades e capitais nordestinas, no entanto, tinha implicações que seus elogios à pujança comercial de Campina Grande e o plano urbanístico que elaborou para João Pessoa não deixavam antever. Primeiro ocorria num contexto em que haviam se tornado comuns Brasil afora as preocupações com o saneamento e embelezamento das áreas centrais das cidades e os planos para seu posterior crescimento; neles era cada vez mais freqüente a incorporação dos fluxos de transportes e automóveis (agora em termos diversos do que ocorrera na emblemática experiência de Pereira Passos, no Rio de Janeiro), ao mesmo tempo em que as principais epidemias que haviam assolado as cidades no século XIX estavam sob relativo controle.⁶ Segundo, era também um contexto de exceção, momento privilegiado e propício para intervenções e projetos mais arrojados, em que as mediações legislativas, o acompanhamento da imprensa e as críticas de adversários políticos eram alvos de censura ou simplesmente ha-

viam sido suspensos.⁷ Mas as reformas urbanas em cidades brasileiras, que nas décadas de 1920-1930 se robusteceram, já tinham uma certa tradição.⁸

Desde a segunda metade do século XIX, algumas capitais e cidades brasileiras vinham experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente suas ruas e áreas centrais. Essas experiências inspiravam-se na medicina social e foram articuladas em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra; no século XX, seriam incorporados projetos de urbanização de cidades norte-americanas.

Praticamente todas as incipientes mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, ainda no século XIX, eram caudatárias dos discursos e das novas questões levantadas na sociedade por higienistas e sanitaristas, o que leva a associá-las de imediato aos problemas de saúde e às constantes epidemias que aí ocorriam, mas também ao seu crescimento e às necessidades de adequá-lo às exigências do capitalismo em expansão.⁹ Os caminhos percorridos por cada cidade, desde a elaboração de posturas municipais, cadastros, projetos e plantas, até a efetivação das primeiras mudanças nas suas áreas centrais, seguiam quase um ritual, muito embora variassem de acordo com as condições econômicas e mesológicas locais ou regionais, os grupos sociais que as esposassem e o período em que eram realizadas. Capitais e cidades como Recife, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Santos, etc., tiveram nos constantes surtos epidêmicos e econômicos, ocorridos na segunda metade do século XIX e no início do XX, os esteios necessários para que uma nova forma de conceber o espaço urbano e seus habitantes fosse gestada, inspirada em corolários europeus.

Não há como negar que as percepções que letrados e intelectuais tinham sobre a cidade e seus moradores eram caudatárias de novas formas de conceber e perceber o mundo, apontando, como sugere Stella Bresciani, para o surgimento de um novo olhar ou de novas sensibilidades.¹⁰ Crescimento populacional antes nunca visto, grandes aglomerações e concentrações de trabalhadores ou desocupados e seus fluxos pelas ruas, a associação entre cortiços e habitações precárias com epidemias, revoltas, novas técnicas e relações de trabalho faziam de algumas cidades brasileiras do século XIX um reflexo do espelho que eram as grandes metrópoles européias. Tais percepções, marcadas por encanto e medo, vão ser abundantemente expressas por médicos, bacharéis, administradores, literatos, etc.¹¹

As tensões e apreensões vividas por letrados europeus, com particularidades, foram apreendidas por intelectuais brasileiros que, de ópticas diversas, puseram na ordem do dia a necessidade de transformar as nossas cidades, tornando-as higienizadas e aprazíveis para seus moradores, investidores e visitantes.

No Brasil, em um momento difícil de se precisar, as habitações populares, os becos e travessas passaram a ser assediados por médicos sanitaristas, administradores e letrados em geral, por serem considerados ambientes propícios à difusão de doenças e de práticas genericamente denominadas de “promíscuas”. Em lugares tão diferentes e distantes, como Porto Alegre e Florianópolis, no extremo sul, e Fortaleza e Recife, no norte,¹² é possível encontrar denúncias contra cortiços e casas de cômodos, os maus hábitos que aí proliferavam e apelos para que fossem excluídos das áreas centrais. Isto dá ao discurso higienista que se espalhava pelo país (com um forte teor moralista e econômico) cores e ares universais, mostrando quanto as nossas elites e letrados estavam sintonizados com os discursos e valores que se expandiam junto às empresas e investimentos de capitais ingleses, franceses e americanos mundo afora.

Esse olhar voltado para as habitações e costumes dos moradores da cidade tinha, no entanto, facetas diversas: por um lado, denunciava e identificava problemas, especialmente quando localizados nas áreas centrais ou em áreas que estavam sendo incorporadas a estas. Não há na bibliografia exemplos marcantes de preocupações de letrados com habitações localizadas nos subúrbios, ou em áreas muito afastadas dos centros das cidades; contrariamente, encontram-se nas fontes para Campina Grande e outras cidades brasileiras, discursos em que explicitamente afirma-se que o lugar dos pobres e dos trabalhadores é o subúrbio.¹³ Como as áreas centrais eram os lugares que mais se valorizavam, sendo centro comercial e, até um certo momento, local de moradia das elites proprietárias, estas investidas têm uma dimensão tanto sanitária quanto econômica e de segregação social.¹⁴

Por outro lado, esse olhar não percebia como problema apenas as habitações e moradias populares, mas toda e qualquer construção, meio de transporte e hábito que estivesse fora dos padrões aceitos como modernos, o que atingia antigos casarões coloniais, hábitos e práticas políticas esposados pelas elites proprietárias remanescentes das hostes imperiais, ou mesmo por novos ricos a elas associados.¹⁵

Sem exceção, seja no Brasil ou em cidades européias, o saneamento de ruas e áreas centrais e o abastecimento de água significaram, em grande parte, o fim ou a diminuição das costumeiras epidemias, a transformação arquitetônica das áreas centrais e a reordenação dos espaços e territórios. Porém, junto com estas conquistas burguesas modernas, pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestéticas, foram deslocados para áreas, bairros ou subúrbios afastados, liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios. Nos novos lugares reorganizados com esse processo de desterritorialidade, constituíram-se hie-

rarquias e segregações sociais e espaciais de novo tipo e, em alguns casos, mais marcantes do que as conhecidas até então.

O comércio e os negócios que foram instalados ou persistiram nas áreas centrais das cidades talvez não tenham sido exatamente aqueles que imaginavam letrados e elites, mas não há como negar que, inspirados em ideais burgueses modernos, haviam transformado os centros de muitas cidades em exemplos do que concebiam como civilização e progresso, ou seja, lugares de circulação de transportes, pessoas e mercadorias num ritmo e de forma que atraíssem mais capitais e investimentos, escoimados tanto quanto possível dos velhos problemas remanescentes dos tempos coloniais e imperiais.

Da forma como foram apropriadas pelos sanitaristas, administradores e letrados brasileiros, as questões de saneamento urbano e social e de embelezamento das ruas, praças e avenidas centrais estavam intimamente ligadas. Eram partes constitutivas de um amplo e mesmo projeto, embora muitas vezes aparecessem separadamente ou fossem implementadas em momentos e por caminhos diferentes. Mudar as condições sanitárias de uma cidade ou aformosé-la significava também, e deliberadamente, interferir e erradicar os maus hábitos e costumes dos seus moradores, dar-lhe uma nova fisionomia e plasticidade e criar usos condizentes com os padrões da civilidade burguesa.

Um dos exemplos mais emblemáticos nesse sentido é a saga do sanitarista Saturnino de Brito. Entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do XX, elaborou projetos de saneamentos para cidades tão diferentes quanto Santos, Campos, Recife, Paraíba do Norte (atual João Pessoa), Pelotas, Poços de Caldas e Petrópolis.¹⁶ Na sua longa vida dedicada ao sanitário, misturava promiscuamente as questões técnicas e artísticas:

(...) Elaborando projetos e realizando obras para dezenas das principais cidades brasileiras, ao longo de todo o período da República Velha, Saturnino de Brito, além de sanear as cidades tomadas ou ameaçadas por epidemias, elaborava seus planos de extensão e, ao mesmo tempo, como se dizia então, aformosava a paisagem citadina, criando uma imagem urbana moderna, à maneira das mais desenvolvidas capitais européias¹⁷.

Ao mesmo tempo, a sua implementação tinha efeitos previsíveis e práticos sobre o cotidiano e os hábitos dos moradores da cidade, dando uma dimensão social e política a um dispositivo que se queria técnico e neutro.

Delineia-se, com as obras de Brito, uma paisagem ordenada, ao mesmo tempo que suas redes de saneamento unem as dimensões privada e pública da vida social, levando à intimidade dos lares a água corrente, as latrinas, o banho diário,

as lavagens freqüentes, em um processo de disciplinarização de gestos e corpos pela higiene, concomitante ao fim das fossas, mas também dos chafarizes, fontes e bicas d'água de uso coletivo, produzindo, desse modo, os modernos hábitos cotidianos¹⁸.

Naturalmente, isto não significa que nas cidades onde viu seus planos postos em prática os novos hábitos mudassem automaticamente, ou fossem exatamente aqueles desejados e esperados. O que Carlos Roberto de M. de Andrade chama de “modernos hábitos cotidianos”, que surgiam com o saneamento das cidades brasileiras, era algo diferente do que muitos sonhavam ou queriam, o que mostra que falar de hábitos modernos não significa exatamente a mesma coisa em todos os lugares e cidades, merecendo tanto destaque quanto as obras empreendidas, as leituras e apropriações diversas que delas eram feitas pelos seus moradores.

Não estou aqui negando a eficácia e até as possíveis melhoras ocorridas no mundo ocidental com o advento dos chamados valores modernos e os seus corolários, as reformas urbanas e as maquinarias do conforto.¹⁹ Estas certamente ocorreram, especialmente se olharmos para as múltiplas formas como foram apropriadas. Têm-se hoje sociedades com instituições mais presentes e monitorando a vida dos seus moradores, bem como cidades com mais conforto e facilidades do que em séculos anteriores, mas dizer isto não diz tudo.

Primeiro, porque as idéias e projetos burgueses que inspiraram as elites e letrados brasileiros tiveram sua maior eficácia exatamente no reforço das hierarquias sociais e na ampliação das segregações sociais e espaciais, o que mostra que, mesmo onde foram pensadas como utopias voltadas para toda a sociedade, questões como conforto e saúde nem sempre estiveram ao alcance de todos;²⁰ segundo, porque a eficácia política e disciplinar dos projetos higienistas e sanitaristas foi apenas parcial, e as formas como os moradores das cidades os absorveram foram ao mesmo tempo motivos de comemoração e frustração para seus idealizadores, o que aponta para apropriações e ressignificações do ideário burguês moderno por diferentes grupos sociais, quando não para a sua rejeição. Portanto, são muitos os campos e as questões a serem considerados, mas todos indicam que os chamados “modernos hábitos” não significam a mesma coisa aqui e alhures.²¹

Abaixo discutirei uma experiência de reforma urbana que é caudatária dos chamados valores modernos e burgueses, que tinham como meta, segundo seus idealizadores, transformar uma das nossas cidades em um ambiente moderno e civilizado, o que lhe confere uma inegável dimensão universal, aproximando-o de diversas outras experiências ocorridas mundo afora. Ao mesmo tempo, veremos como a universalidade das idéias que nortearam as

mudanças em Campina Grande virou práticas múltiplas, assim compreendidas pelos seus moradores, fazendo dela uma cidade com uma história e trajetória peculiares.

ESTÉTICA E NEGÓCIOS: HISTÓRIA DE UM “BOTA-ABAIXO”.

Em janeiro de 1935, podia-se ler nas páginas do jornal local *O Rebate*:

DECRETO Nº 51

(...) O Prefeito...

– considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;

– considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam;

– considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento (...).

DECRETA

Art. 1 — Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (...).²²

Este decreto é um dos mais fortes sinais de que, em princípios dos anos 30, os prefeitos de Campina Grande haviam aderido aos reclames dos letrados locais e às novidades do tempo, buscando meios diversos para a consecução de um projeto de saneamento e embelezamento da cidade. Até o decreto, tinham-se apenas investidas em melhoramento de ruas, como terraplenagem, calçamentos, meio-fio, ou empreitadas iniciais visando ao seu alinhamento, como desapropriações e indenizações de casas que impediam a expansão, ou estavam fora de nivelamento.²³

Ele era caudatário de um novo olhar e sensibilidade, mas também chama a atenção por sua seletividade. As ruas e praças nele contempladas eram os lugares mais vistos e procurados pelos moradores locais e visitantes. Antônio Pereira Diniz não chegaria a ver, como prefeito, os resultados do decreto

por ele baixado, mas na época sua iniciativa caiu nas graças do cronista Cristino Pimentel, que passou, a partir de então, a agir como um severo fiscal para que o decreto fosse respeitado e implementado pelos prefeitos que sucederam Pereira Diniz nos dez anos seguintes, entre 1935-1945.²⁴

O decreto que propunha as mudanças aformoseadoras das ruas e praças centrais da cidade estava, em muitos sentidos, associado às percepções e articulações em torno de várias outras empreitadas saneadoras, como a localização ou transferência do meretrício das ruas centrais para uma área afastada e marginal, ainda no início dos anos 30; a destruição da antiga cadeia, em 1934, localizada na área central, que foi transformada na aprazível Praça Clementino Procópio, e a construção de uma Penitenciária Pública no Monte Santo, área afastada do centro;²⁵ a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água, 1935-1939, etc. Ou seja, o decreto era um instrumento que vinha precedido de várias medidas saneadoras e embelezadoras e, antes de ser rigorosamente implementado, foi contemporâneo de outras tantas. Neste aspecto, continuava uma certa nova tradição.²⁶

Era uma medida que atingia diversas ruas, mas que teve maior repercussão ao ser implantada na Rua Maciel Pinheiro. A Rua Grande, ou Maciel Pinheiro, era o epicentro de Campina Grande. Nela morava a maior parte da elite política, proprietária e comercial da cidade, até pelo menos meados dos anos 30.²⁷ Ali também estavam localizados, desde as décadas iniciais do século XX, os primeiros cinemas e teatros, os mais elegantes clubes sociais, o Gabinete de Leitura 7 de Setembro, etc.; feira, retretas, *footings*, procissões e corsos também eram ali realizados.

Esse território da cidade conheceu o seu algoz no final de 1935. Vergniaud Wanderley era filho de tradicionais famílias de proprietários de terra do sertão paraibano e campinense.²⁸ Nasceu e fez os primeiros estudos em Campina Grande, o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital, e formou-se bacharel na Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso em 1929. Para não romper com a família, com quem tinha divergências políticas, após receber o diploma foi para o Rio de Janeiro, onde, por intermédio de amigos, ingressou no Ministério Público como promotor, nas cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí; foi juiz de direito em Harmonia e Biguaçu, cidades de Santa Catarina, entre 1930-1935, quando, a convite do recém-eleito governador e amigo Argemiro de Figueredo,²⁹ veio fazer parte do seu governo. Primeiro, como chefe de polícia; depois, como secretário da Agricultura ou da Produção. Meses após assumir esses cargos, foi indicado candidato a prefeito de Campina Grande, nas eleições de 9 de setembro de 1935; segundo ele, candidato de consenso para apaziguar os ânimos e disputas internas do Partido Progressista. Durante a campanha, seus correligionários utilizaram-

se de sua trajetória de homem polido pelas letras, com formação jurídica e conhecimento das civilizadas cidades do sul do País para contrapô-lo ao rude Lafaiete Cavalcanti, grande proprietário de terras e ex-prefeito da cidade. Eleito, foi empossado em outubro do mesmo ano.³⁰

Sua primeira investida na prefeitura, no curto período de um ano e onze meses (dezembro de 1935 a novembro de 1937), não passou em brancas nuvens. Nos jornais da época, em obras como *Datas Campinenses* e em memórias, ficaram registradas, como marcas desse primeiro mandato, a instalação de telefones automáticos, a reforma e ajardinamento da Praça Coronel Antônio Pessoa, o calçamento rejuntado a concreto de inúmeras ruas, a terraplenagem de outras tantas, algumas indenizações de casas para alinhamento e abertura de ruas e avenidas, e o início da construção do Grande Hotel.

Após ser eleito com o apoio do governo do Estado, Vergniaud Wanderley, em visita ao Recife, explicitou para um articulista do *Diário de Pernambuco* o seu programa de administração. Nele já se percebia um gosto e um olhar apurados para as coisas da estética e a plasticidade das ruas, prédios e logradouros.³¹ Na conversa, voltou sua atenção para o lugar da cidade em que estas questões deveriam ser primeiramente enfrentadas:

(...) O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios residenciais tipo *bungalow*, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade [a Rua Maciel Pinheiro].³²

Sua primeira gestão foi acompanhada pela imprensa local e estadual; nela percebe-se quanto tentou marcar pontos e impressionar com atitudes eivadas de simbolismos, para que, aos olhos dos moradores e observadores, aparecesse como um tipo novo de prefeito, com uma nova forma e concepção de administração pública. Atacava várias obras ao mesmo tempo, dando-lhes um frenético movimento com o qual a população local não estava acostumada. Seu ritmo à frente da Prefeitura mais parecia um pujante automóvel em disparada pelas ruas da cidade, com os curiosos a olhar entre perplexos e temerosos. Conseguiu, em certos momentos, dar uma dimensão espetacular aos seus empreendimentos. Até então, a população estava acostumada a trabalhos de terraplenagem, meio-fio e calçamento em ritmos outros, mais associados aos tradicionais meios de transportes locais, movidos a alimária.

Vergniaud Wanderley acompanhava cotidianamente os serviços em andamento e dava expediente em cafés, bares e no canteiro de obras; no entanto, mais do que utilizar esses expedientes, que deixaram marcas indeléveis no

público, incorporou ao seu programa obras havia muito reivindicadas por letrados e aventadas pelos seus antecessores, como as construções do matadouro e do mercado público, mas buscou também construir uma obra que marcasse mais fortemente sua passagem pela Prefeitura, de forma que não mais o esquecessem. Surgiu então a idéia da construção do Grande Hotel. No entanto, não pensava em fazer mais um hotel em qualquer lugar da cidade, e sim um edifício que marcasse profundamente a todos, inclusive em sua dimensão simbólica. No seu projeto, o Grande Hotel seria um símile de arranha-céu com quatro pavimentos, localizado no cruzamento de duas das mais tradicionais e centrais ruas da cidade, a Maciel Pinheiro e a Matriz (ou Floriano Peixoto), para as quais tinha planos muito mais ambiciosos do que imaginavam seus habitantes.

Talvez, aos olhos dos dias que correm, isto não tenha qualquer significado, mas nas primeiras décadas do século XX, em qualquer capital ou grande cidade brasileira, a construção de um grande hotel era considerada um atestado de progresso para o lugar, o que dava ao empreendimento um forte sentido simbólico.³³ Funcionava como um cartão de visitas e portão de entrada principal da cidade, mesmo que apenas para alguns poucos. Muitos prefeitos, governadores e interventores investiram em projetos desta natureza, que parecem ter se tornado algo natural entre os que buscavam a construção de uma cidade moderna, progressista e civilizada, segundo o significado que estes termos assumiam país afora. Em um relatório dirigido à Câmara de Vereadores com a prestação de contas das atividades da Prefeitura entre 1936-1937, flagra-se a leitura que o prefeito e seus assessores tinham da obra que realizavam.

Estava no item intitulado “Hotel Municipal”, e assim iniciava: “Serviço de grande vulto, como se observa pela planta e pelo aspecto que apresenta a parte já construída”, e logo em seguida aparecia a justificativa de obra, que parecia merecer a desconfiança de alguns moradores ou de adversários políticos:

(...) Da importância dessa obra, não há mister aduzir argumento, visto ser tão presente a necessidade de um grande hotel nesta cidade, que não paga pena esforço mental para esclarecer o assunto. Vem da grandeza crescente da cidade a idéia de o poder público proporcionar meios para se franquear o ingresso a visitantes ilustres, industriais, altos representantes do comércio e outras personagens gradas, que desejarem estacionar, por algum tempo, em Campina Grande. Sem um bom e confortável hotel, não é possível ter tal gente estranha entre os campinenses que aspiram o contato com pessoas representativas da alta indústria e comércio do país e do estrangeiro, todos esses curiosos de verificar as possibilidades econômico-financeiras de nossa progressiva cidade. Elevados fins nos impulsionaram, abalando-nos a tão ousado quão necessário cometimento, que

se não realizada sem sacrifícios, golpes de vontade, tudo inspirado no alto posto em que está colocada a situação do progresso de Campina Grande.³⁴

O texto vale pelo que deixa transparecer da perspectiva de progresso que tinham os administradores e letrados da cidade. Mais uma vez se depara com um discurso que associa progresso a investimentos de capitais na cidade, embora com seus olhos voltados para fora, de onde viriam os capitais.

Retomarei a idéia dos significados diferentes da passagem de Vergniaud Wanderley pela Prefeitura de Campina Grande e como sua intervenção em certos espaços dava-lhe uma nova dimensão simbólica e política.³⁵ Primeiro, buscou desmontar ou inibir símbolos seculares, ou mesmo recentes, como no episódio da retirada da estátua do presidente João Pessoa da praça homônima, transferindo-a para uma praça que reformou em uma área situada ao sul do centro, onde as novas elites haviam construído a sede do Campinense Clube.³⁶ Mas mexeu também em locais de práticas mais antigas e tradicionais, que davam à cidade ares de burgo provinciano e passadista.

A organização da vida social local, em torno de largos e adros de igrejas e da Praça Epitácio Pessoa, era algo que associava o morador da cidade ao seu passado colonial, com o qual não mais se coadunavam os tempos presentes, marcados por práticas seculares e laicas de elites formadas fora do ambiente religioso e provinciano.³⁷ Partindo de uma concepção de mundo e estética informada pelas tendências autoritárias então em voga, decidiu interferir na lógica da organização dos espaços centrais da cidade. Para tanto, atacou três dos seus principais símbolos: o conjunto que formava a Rua Maciel Pinheiro e a Praça Epitácio Pessoa, o Largo da Matriz e o do Rosário. Em forma de “T” (ou de uma cruz), esses três territórios estavam localizados em uma área de cerca de 30.000 m₂.

Eles lembravam claramente o domínio das velhas elites políticas e os hábitos e costumes populares remanescentes do século anterior. Urgia desarticulá-los e literalmente abrir caminhos para as exigências das novas formas de circulação, movimento e relações de dominação modernas. Foi desapropriada, nas duas gestões, mais de uma centena de casebres, casarões, armazéns, igreja e tudo que interceptasse o seu caminho na empreitada de dar à cidade ares de urbe moderna.³⁸

A Rua Grande, ou Maciel Pinheiro, que se iniciava no cruzamento com a Rua da Matriz e terminava na Praça Epitácio Pessoa, foi num primeiro momento alinhada, levando ao desaparecimento da praça e à destruição da base do monumento em homenagem ao ex-presidente do País que chefiara nas décadas de 10 e 20 a política oligárquica estadual.³⁹ Esta primeira empreitada não atingiu apenas o símbolo da memória do ex-chefe oligarca, mas também

o de seus aliados e sucessores locais. No alinhamento da rua que ao fim desembocava na praça foram marginalizados também dois outros símbolos da política da República Velha: o sobrado do ex-prefeito Cristiano Lauritzen, aliado e amigo de Epitácio Pessoa, e o antro em que se reunia a elite para suas festas, tertúlias e teatralizações, o Pavilhão Epitácio Pessoa. Os dois prédios, sobrados de dois pisos de características coloniais, que centralizavam a praça, existem até os nossos dias, mas foram devidamente escondidos e secundarizados por construções de dois pavimentos em estilo *décor*, que se destacavam na nova métrica da rua.

Não menos importante foi o significado simbólico do prédio construído no local, inibindo a visão dos antigos sobrados: a Livraria Pedrosa, símbolo e local de encontro das novas elites letradas e comerciais. Esses foram os primeiros movimentos empreendidos pelo prefeito Vergniaud na área.

Complementava o conjunto formado pela Rua Maciel Pinheiro e a Praça Epitácio Pessoa o antigo Largo da Matriz. Era uma área situada ao norte do sítio ocupado pelos colonizadores portugueses, que nas Barrocas (posteriormente Rua do Oriente ou Vila Nova da Rainha, próximo ao riacho das Piabas) aldearam os índios Ariús. Plano alto e privilegiado em relação ao local onde foram aldeados os índios, ali foi instalada primeiro uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, e em seguida a igreja matriz.⁴⁰ Em torno da matriz constituiu-se outro núcleo de moradores, que se expandiu em direção a noroeste e, paulatinamente, deu as costas para parte dos seus habitantes primitivos. Para esta expansão em direção a noroeste contribuiu a construção por Baltazar Gomes Pereira Luna e Alexandrino Cavalcanti, respectivamente, dos mercados velho e novo no século XIX.⁴¹

Era na área que ia da matriz a Maciel Pinheiro que se realizavam as festas da padroeira, natal e ano bom. Em torno da matriz existiam alguns casarões de políticos, proprietários e abastados locais, além do Palace-Hotel. Em 1922, o presidente da Paraíba, Solon de Lucena, reformou o prédio do comércio velho, transformando-o no primeiro grupo escolar local, que recebeu o seu nome. Por fim, a torre da matriz também servia como ponto estratégico para fotógrafos mostrarem a cidade em imagens panorâmicas.

O Largo da Matriz era, como se vê, um território com fortes marcas tradicionais e religiosas, mas nos anos 1920 já possuía pequenas marcas e construções do mundo moderno, sendo utilizado de diferentes formas, que uniam novos e velhos tempos e práticas.

Os estéticos e profanos olhos de Vergniaud Wanderley observaram e leram tais sinais como repositórios de velhas práticas e alianças políticas locais, que ele começou a desmontar tanto prática como simbolicamente.⁴² Primeiro, iniciou a construção do Grande Hotel em cimento e concreto armado,

com quatro andares, a poucos metros do prédio da matriz, passando o mesmo a rivalizar com o monumento em altura e pujança, com uma vantagem (e talvez muitas desvantagens): era obra com traços e marcas da arquitetura moderna, o *décor* e, por conseguinte, muito mais atraente para a sensibilidade dos tempos que corriam. A matriz e o seu relógio passaram a dividir as atenções e os olhares dos transeuntes com o Grande Hotel, tendo agora um rival na produção de fotografias e quadros panorâmicos da cidade.⁴³

O advogado e cronista Hortênsio Ribeiro deixou um registro emblemático da percepção dos novos significados que assumiam a cidade com a construção do edifício do Grande Hotel. Assim ele narra uma visita que fizera ao prédio em construção e como viu algumas partes e áreas da cidade do seu alto:

(...) Estivemos ontem a olhar as obras de cimento armado que estão indo para adiante, graças aos esforços do prefeito Vergniaud Vanderlei que não come nem dorme, absorvido inteiramente pelo pensamento de dotar Campina Grande de um hotel compatível com o desenvolvimento e progresso da cartaginesa cidade do sertão.

A tarde tingia de oiro e azul a tela do firmamento. Debruçado sobre o vão direito do imponente edifício em construção, nós espíávamos o horizonte de entorno; a igrejainha de N.S. do Rosário, a mole imensa do cinema Capitólio, a usina de luz, a linha sinuosa da rua Afonso Campos, a fachada do Grupo Escolar Solon de Lucena, e a futura Avenida da Liberdade, ou que outro nome se der à enorme artéria que a prefeitura vem alinhando e onde já se acham encravados os prédios do Conselho Municipal, Palace-Hotel, o antigo Telégrafo Nacional, a casa de Monsenhor Sales e inúmeras residências particulares de feições moderníssimas, e que tanta distinção emprestam a mais simpática das ruas de Campina Grande.⁴⁴

Emblemática a atitude de Hortênsio Ribeiro ao redefinir e trocar os lugares de observação da cidade. Ao subir no Grande Hotel em construção, redefinia anos e décadas de hegemonia da matriz como observatório privilegiado. Mas não foi só isto; seu seletivo olhar mostrou-se eivado de movimentos ambíguos: ao espiar “o horizonte de entorno,” o causídico primeiro excluiu dele a igreja matriz ao lado, o único prédio que concorria em altura e pujança com o grande hotel em construção; também foi na mesma direção ao diminuir a igreja do Rosário, uma “igrejinha” perto da “mole imensa do cinema Capitólio”. Na exclusão da matriz de sua vista e na diminuição da igreja do Rosário, fazia um exercício de claro apoio às ações progressistas de Vergniaud Wanderley. Mas quando passou a descrever os prédios “encravados” na avenida em expansão, aproximando antigos prédios públicos e casas particu-

lares, como o Conselho Municipal, a casa de monsenhor Sales e o antigo Telégrafo Nacional, de “residências particulares de feições moderníssimas”, inverteu a lógica e buscou criar uma certa harmonia entre passado e presente, antigo e moderno. No entanto, o seu “gatopardismo” não impressionou o prefeito, que vivia “absorvido inteiramente” na construção do Grande Hotel. Vergniaud incentivou ou ordenou a derrubada de todas as antigas construções da área, com exceção do prédio do Telégrafo Nacional, hoje Museu Histórico, um dos poucos prédios remanescentes da primeira metade do século XIX na cidade.

Não saciado pela cunha posta no mais imponente símbolo do mundo católico local, Vergniaud Wanderley continuou suas obras. Ao mesmo tempo em que construía o Grande Hotel, buscou modificar e ampliar os horizontes dos moradores. No seu “plano material” para a cidade estava previsto, embora não o confessasse, o fim do Largo da Matriz, e aproveitou também para acabar com o Largo do Rosário, cerca de trezentos metros dali no sentido oeste. Indenizou e mandou derrubar casas que obstruíam a passagem em direção ao oeste e fez a mesma coisa com a Rua Venâncio Neiva, que descia em direção ao sul, alinhando-a com a Vidal de Negreiros, abrindo assim duas novas perspectivas para os moradores do lugar: a primeira, que levava do Largo da Matriz até o lado da Praça da Luz (Clementino Procópio) e ao Largo do Rosário; e a segunda, que facilitava o deslocamento da área central em busca das ruas que se tornaram por este tempo lugares preferidos pelas elites: Vidal de Negreiros, Floresta, Afonso Campos, Irineu Joffily, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade, João da Mata, e a nova e ajardinada Praça Coronel Antônio Pessoa.

O prefeito Vergniaud Wanderley negociou com o governo do Estado a construção de edifícios para a arrecadação de rendas, etc.; construiu também em proporções parecidas e *vis-à-vis* com o Grande Hotel o portentoso edifício da Prefeitura Municipal; destruiu o antigo Paço ou Conselho Municipal, localizado perigosamente vizinho à matriz; indenizou e mandou derrubar a igreja do Rosário, acabando com o largo e ampliando mais ainda a perspectiva de crescimento da nova avenida; destruiu a Rua Visconde de Pelotas, ou do Progresso, que desembocava no Largo do Rosário e obstava o avanço da avenida em direção ao oeste; e abriu a perspectiva para que naquela área fosse edificado um novo espaço de lazer e descanso, a Praça Índios Cariris, posteriormente denominada Praça da Bandeira, como até os dias de hoje.

Ao final da sua obra, nos trechos onde antes eram vistos dois largos estruturados em torno de duas igrejas, territórios de sociabilidades tradicionais, tinha-se agora uma longa e larga avenida, com duas praças e um cinema, alguns cafés e confeitarias, uma praça de automóveis e diversos edifícios

municipais e estaduais que, com o passar do tempo, cortaram toda a cidade, tanto no sentido oeste, como mostrei, como no leste, obra que foi realizada pelos prefeitos que o sucederam.

Esta leitura dos significados político e simbólico da obra de Vergniaud Wanderley poderia parecer completa se não fôssemos indagados sobre algo fundamental nessas empreitadas: como a população vivenciou essas mudanças de perspectivas em suas vidas e em seus territórios? Tudo ocorrera na santa paz das promessas estetizantes e progressistas do novo prefeito e sob o olhar complacente e parcimonioso de Hortênsio Ribeiro do alto do Grande Hotel? Na verdade, não foi bem assim, nem aqui nem alhures.

As tensões e conflitos ocorridos em torno do desmanche de certos símbolos locais não é algo fácil de ser reconstituído. Poucas das fricções em torno do projeto de reformas do prefeito são encontradas na imprensa da época e, mesmo assim, apenas de forma velada. Não é difícil imaginar o porquê: vivia-se no Estado Novo, tempos em que prefeitos e interventores disputavam do poder discricionário dos decretos e em que a imprensa, quando não censurada, era aliada dos governantes de plantão e acompanhava as mudanças, dando dimensão espetacular às obras e aos seus criadores.⁴⁵

O controle e a censura exercidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e seus congêneres estaduais, durante o período do Estado Novo, já foi motivo de estudos.⁴⁶ Quanto ao poder discricionário de que disputavam prefeitos e interventores, pode-se recorrer às memórias do ex-promotor e juiz de direito Vergniaud Wanderley. Ao falar sobre os obstáculos que enfrentou ao realizar “a Revolução Urbana de Campina”, ele afirma:

(...) enfrentei as resistências com obstinação e energia, não dando ouvido às ameaças e resistências por parte daqueles que se julgavam prejudicados. Fiz cumprir uma lei existente e não aplicada anteriormente. Sobre os gabaritos dos prédios do centro da cidade, desapropriei, comprei, botei e preendi, a tal ponto que me chamavam de violento, mas diz Sorel, o homem da teoria da Violência ... “Sou um homem do Direito que em si mesmo encerra a idéia de força, sem a qual, no dizer de Hering, transformar-se-ia na importância da Lei” (sic).⁴⁷

E exemplifica de forma chocante a quantas andavam suas práticas inspiradas no “homem da teoria da Violência”:

(...) De outra feita, um morador de uma pequena casa que atravancava a rua Tiradentes e que já estava paga ao proprietário [tentou protelar a saída], mandei que um caminhão abalasse a sua estrutura com uma forte marcha ré, para que o referido morador se atemorizasse com o próximo desabamento.⁴⁸

E continua destilando suas proezas na entrevista.⁴⁹ Voltarei à tentativa de reconstituir os conflitos ocorridos em torno das reformas. Não se pode esquecer também que certas mudanças, que atingiram diretamente tradicionais proprietários de terra, grandes comerciantes, médicos, dentistas e banqueiros, possivelmente tiveram o apoio dos trabalhadores e pobres em geral que, por um lado, tinham mais possibilidades de emprego com o imenso canteiro de obras em que se transformara a cidade, e por outro, tinham novos motivos para se entreter quando de algumas espetaculares derrocadas dos casarões coloniais.

Tudo o que restou das tensões ocorridas, portanto, foram as memórias de contemporâneos e algumas pistas deixadas por escritos ufanistas em torno da obra de Vergniaud no calor dos acontecimentos. As memórias, eivadas de sentimentos de perda, ou de vitórias reafirmadas, permitem recompor *a posteriori*, e com as implicações que isto tem, aspectos da guerra surda (e suja) que se travou. Ao ler certos depoimentos, fica-se com a sensação de que as batalhas, perdidas havia meio século, continuavam sendo travadas em outros campos, mesmo quando alguns adversários haviam deixado a cena; também deixam a impressão de que as perdas foram irrecuperáveis e que as feridas não cicatrizaram, mesmo com todo o tempo que passara. Luta-se em um campo diferente, para derrotar o adversário com a construção de versões que ponham em cheque a memória dominante.⁵⁰ O que não é uma luta fácil.

Para continuar o exercício, vou misturar memórias com escritos de época e recuperar outros lances da contenda em torno do bota-abaixo.

Inicialmente levarei o leitor a uma aproximação com um dos momentos cruciais, segundo um certo olhar, da construção do mito Vergniaud Wanderley e, por que não dizê-lo, da história de Campina Grande no século XX. Mais precisamente, com os momentos finais da primeira metade da década de 1940, ponto de chegada do recorte cronológico deste texto. Os trechos a seguir foram reproduzidos do artigo “Panorama de uma administração modelar”, publicado no jornal *O Rebate*, de 4 de outubro de 1944.

(...) Quem quer que se detenha por algum momento a contemplar as realizações de ordem pública do Prefeito Vergniaud Wanderley em Campina Grande, não deixará de exprimir os seus aplausos a esse dinâmico administrador. Desde a sua primeira investidura no governo municipal desta cidade que podemos apreciar seu senso de realizador, de prefeito *conducteur* dos destinos de uma comunidade maximé do porte de Campina Grande (...). A verdade é que, diariamente, em vários pontos da cidade encontramos turmas de trabalhadores na execução de serviços mandados realizar pelo Prefeito Vergniaud. São, com todos esses acervos de realizações, que podemos proclamar o espírito de devota-

mento e de incansável lidador, que tem presidido os firmes intentos do Prefeito Vergniaud Wanderley de servir ao torrão natal.⁵¹ (grifo no original)

Essa imagem de *conducteur*, que transformou a vida da cidade, reorganizando seus espaços de circulação e o próprio ritmo em que aquela fluía, marcou várias gerações, para quem o ex-prefeito se tornou uma referência fundamental quando se reconstitui ou rememora os passos da urbanização em Campina Grande.⁵²

Continuando com os contemporâneos de Vergniaud Wanderley, não foi outra a percepção de um renomado historiador paraibano sobre a sua obra redentora, ainda no calor dos acontecimentos (1945):

(...) Depois que falei aqui há cinco anos [o autor se refere a um texto lido na União dos Moços Católicos, em 24 de novembro de 1940, em Campina Grande], muitos sucessos notáveis se verificaram (...). A cidade, permanecendo como centro de atração comercial e vigorosa vida orgânica, entrou numa fase intensa de transformações urbanísticas, na Prefeitura de Vergniaud Wanderley. Este magnífico administrador demoliu velharias, rasgou ruas, impôs e deu margem a muitas construções renovadoras. Concluiu o novo mercado e o Grande Hotel, substituiu e desenvolveu em grande área o calçamento público, levantou o prédio da Prefeitura num símile campinense de arranha-céu, iniciou a retificação do Açude Velho para um plano arrojado de logradouro capaz de honrar qualquer cidade de boa cultura e riqueza.⁵³

Naquele tempo, a demolição das “velharias” e o “rasgar” de ruas a picaretadas, que davam “margem a muitas construções renovadoras”, tinham múltiplos significados. O que se verificava era algo mais complexo e profundo do que a simples edificação de novas construções, fato que paulatinamente vinha ocorrendo desde a década de 1920 em Campina Grande. Espraíavam-se pelo Brasil afora, desde a experiência do Rio de Janeiro nos primórdios do século XX, novas concepções de urbanismo, informadas por projetos arquitetônicos, paisagísticos e de saneamento europeus, que haviam revolucionado as principais cidades e capitais do velho continente, transformando ruas sinuosas, becos e cortiços em gigantescas, belas e largas avenidas e *boulevards*, que explicitavam novas tendências nas artes, facilitavam a circulação de homens, automóveis, mercadorias e fluidos, precipitando mudanças nas noções de tempo e espaço e, mais do que isto, mudanças na vida de seus habitantes.⁵⁴

As mudanças ocorridas no espaço urbano de Campina Grande (e em várias outras cidades e capitais brasileiras nas três primeiras décadas do século XX) nas administrações de Vergniaud Wanderley faziam parte desse conjun-

to de valores, que vinha há décadas sendo experimentado no continente europeu, onde em grande parte contrapunha-se aos valores e práticas associados ao Antigo Regime. No Brasil, associados a um republicanismo militar e golpista, assumem uma dimensão bastante singular, fortemente autoritária, envolvendo uma complexa teia de relações políticas, econômicas e sociais.⁵⁵

Apesar das especificidades locais e nacionais, esses processos de transformação urbana, informados pelos chamados valores burgueses modernos, foram marcados por amplos conflitos e contendas. Eles atingiam a vida de todos os habitantes das cidades, mesmo que de formas diversas, e terminavam mobilizando muitos. Suas principais vítimas poderiam ser as populações pobres e marginalizadas, mas não eram as únicas.⁵⁶ No caso de Campina Grande, além das famílias pobres que moravam nos becos, em suas partes centrais e adjacências, teve-se a demolição, em alguns casos de forma deliberadamente arbitrária, de antigos casarões pertencentes a famílias tradicionais da cidade e armazéns e prédios de grandes comerciantes e novos ricos. É o próprio Vergniaud Wanderley quem dá a dimensão das tensões:

(...) Houve muitos conflitos, que terminavam sempre resolvidos satisfatoriamente como, por exemplo, as desapropriações dos prédios de Chico Maria, Demóstenes Barbosa, Padre Borges, Abílio Albuquerque e muitas outras. Entretanto, a desapropriação da casa de Pedro do Egito, foi a única que levei a juízo, em virtude da sua obstinação em não querer entrar em acordo.⁵⁷ Apesar disto, logo que foi pagar a desapropriação em juízo, houve um incidente, porque não esperando pelo recurso ao tribunal, que o mesmo tinha direito, mandei derrubar na calada da noite o referido prédio.⁵⁸

Mesmo merecendo reparos, pois Vergniaud Wanderley na entrevista buscava reforçar sua imagem de *conducteur* de uma “revolução urbana”, suas atitudes em alguns episódios mostram-se emblemáticas. Os personagens aos quais se refere são um misto das velhas e novas elites econômicas da cidade: grandes comerciantes, proprietários de imóveis urbanos, um padre e um acionista e alto funcionário de banco, o que dava ao seu empreendimento um significado e dimensão inéditos na cidade, pois até então as relações pessoais e político-partidárias eram o suporte básico das ações de prefeitos e administradores, o que quase sempre beneficiava correligionários e punia adversários políticos. Vergniaud, protegido por um governo forte, que com a centralização administrativa havia subtraído parte das prerrogativas das tradicionais oligarquias, pôde agir livre e arbitrariamente na sua empreitada, não poupando antigos nem novos, ricos nem pobres. No entanto, não eram somente as tradicionais ingerências políticas que ele enfrentava. Num hilário e significa-

tivo episódio narrado por Josué Sylvestre, o encontramos às voltas com o “alto funcionário” de banco Pedro do Egito, o que é de certa forma um complemento ao trecho anteriormente reproduzido. Segundo Josué Sylvestre,

(...) Suas atitudes por vezes radicais lhe trouxeram muitas inimizades pessoais e oposição política. Uma dessa se tornou célebre. O bancário Pedro do Egito, alto funcionário do Banco Auxiliar do Povo e “vítima” de uma desapropriação de Vergniaud, encontrou-se com este quando de sua candidatura ao Senado [primeira eleição pós-Estado Novo] e perguntou:

— Dr. Vergniaud, é verdade mesmo que o senhor é candidato ao Senado?

— Perfeitamente.

— E vai sair de Campina e ficar longe daqui por muitos anos?

Responde Vergniaud:

— Claro, vou morar no Rio.

Retoma Pedro do Egito:

— Pois pode contar com o meu voto, da minha família e meu trabalho pela sua vitória...⁵⁹

Mas os conflitos advindo com as reformas não se restringiam às elites. Na passagem abaixo, um historiador local deixa uma rápida pista sobre as tensões gerais subjacentes aos empreendimentos reformistas:

(...) O prefeito Vergniaud incentivou a construção de sobrados nas ruas comerciais da cidade e todo seu esforço, de modo particular, derivou-se para a “carioquização” da urbs, não obstante os embaraços a que teve de enfrentar, oriundos das próprias condições ambientais e da incompreensão do povo. A partir de 1942, porém, a população coadjuvou-o no que foi possível e a cidade realizou o milagre dum brusca transformação arquitetônica⁶⁰ (grifo meu).

Retomarei as memórias do próprio *conducteur* para reforçar o argumento de que as tensões provocadas pela reforma eram gerais. Ele narra um episódio deveras hilariante para alguns, mas marcante e talvez doloroso para outros.

(...) De outra feita, na rua Cardoso Vieira, um barbeiro também obstinado opôs resistência a um prédio também já pago pela Prefeitura. Na hora da demolição mandou que um cliente sentasse na cadeira para fazer a barba. Quando este cliente viu os pedaços de telha caindo em seu redor, saiu em disparada, sendo vaiado pelo povo que sempre prestigiava esses atos.⁶¹

Para quem tem como porta de entrada na Campina dos anos 1920-1945 essas falas, pode ficar a impressão primeira de que as reformas eram apoiadas *in totum* pela população, e que reações como as do barbeiro e de Pedro do Egito eram fatos isolados e sem importância, o que é uma leitura apenas parcial dos episódios. O que em certos momentos parecia denotar aceitação, concordância ou resignação (o “povo que sempre prestigiava esses atos” e “a população coadjuvou-o”) poderia, em outros momentos, revelar respostas diferentes, algumas simbólicas, que mais pareciam uma vingança contra um projeto que se dizia civilizador e progressista, colorido, no entanto, por arbitrariedades. Desses sinais cifrados de ressignificação ou desdém pela forma como chegavam as coisas novas, o leitor verá um exemplo.

Em passagens do depoimento de uma contemporânea da reforma, pertencente a uma tradicional família local, podem-se ouvir ecos de vozes insatisfeitas com as mudanças urbanísticas. É um relato que pode levar o leitor a gargalhar, mas que deve ter tirado o sono de Vergniaud Wanderley, além de perturbar olfatos refinados pelos novos e civilizados ares:

(...) Nunca teve um prefeito para calçar, pra fazer um melhoramento, pra nada. Porque aquilo podiam tapar, não é? Mas chamam o beco da merda... Olhe, quando tinha festa ali no Natal em frente à Catedral, ali então todo mundo que queria cagar era lá: beco da merda, beco da merda, beco da merda... e esse beco atravessou os prefeitos, ninguém nunca endireitou. Onde foi que Vergniaud Wanderley endireitou esse beco? Onde foi? Eu não sei onde foi...⁶²

O trecho é ambivalente. Primeiro, não se pode esquecer que é parte do arsenal acionado pela memorialista contra Vergniaud Wanderley por causa da derrota e humilhação a que submeteu algumas famílias de abastados locais, inclusive a sua. Ao mesmo tempo, é um episódio que, para uma história preocupada com a reconstituição de “conflitos originados a partir de diferentes usos e interpretações dados a significados sociais gerais”, tem muitos significados.

CONCLUSÃO

Vou concluir esta discussão buscando um caminho diverso. No final do primeiro lustro dos anos 40, a antiga Rua Grande praticamente desaparecera, dando lugar à moderna Maciel Pinheiro. Algum tempo depois da radical transformação, assim a descreve o cronista Cristino Pimentel:

(...) As ruas mudam de aspecto, como os homens, de resolução (...). Não há uma só rua em Campina Grande que não tenha mudado de roupagem com o surto de progresso que a vem transformando desde 1939, época do seu saneamento (...).

A rua Maciel Pinheiro... salta à nossa vista como um rasgão de fogo divino em noite de inverno forte. Toda assobradada, embora com iluminação insuficiente e mal disposta, nela a reforma foi total, pouco ou quase nada restando do seu aspecto primitivo. Sempre foi a preferida para os divertimentos da população, agora com mais razão depois que o Progresso lhe tirou o roupão de brim ordinário e vestiu-lhe um rico jaquetão de linho bem talhado (...).

Na grande reforma, que mudou totalmente o aspecto da Maciel Pinheiro, assobradando-a e dando-lhe novo alinhamento, feito pelo prefeito Vergniaud Wanderley, a praça [Epitácio Pessoa] desapareceu (...).⁶³

Vista da óptica do cronista, a “grande reforma” era uma medida de progresso; negá-lo, lembrava filosoficamente, “é o mesmo que fechar os olhos à luz do alfabeto”.⁶⁴ Outros acompanharam-no nessa empresa, mas poucos imaginavam, quando de seus começos, que ela mexeria com a vida de tantas pessoas ilustres e com territórios e símbolos de tantos moradores da cidade. O aspecto “primitivo”, que lhe dava ares passadistas, fora modificado, deixando-a com ares novos como sugere a metáfora do vestuário.

Caía, assim, o marco maior do universo simbólico da dominação das velhas e novas elites campinenses, ao mesmo tempo em que outro, de diferente proporção e significado, era erguido em seu lugar. Seus grandes casarões, assobradados ou não, tiveram que ceder espaço para o novo demiurgo: o Progresso. É dessa *debacle* que Cristino Pimentel fala. O progresso, em sua versão local, havia vitimado também alguns mandões.

A leitura do bota-abaixo ocorrido em Campina Grande como uma derrota ou perda por parte das elites locais merece uma reflexão em termos metodológicos. Por parecer mais fácil mensurar perdas materiais e econômicas do que espirituais e simbólicas, pode-se indagar onde e como as elites perderam com a derrocada dos antigos casarões da Rua Grande ou Maciel Pinheiro, já que em seu lugar foram edificadas novas e modernas sobrados, em alguns casos pertencentes aos mesmos proprietários.

A resposta tem duas dimensões. Primeira, as perdas materiais parecem ter ocorrido, pois segundo relato de D.Esmeraldina Agra Ramos, vários antigos proprietários não tiveram condições de construir na área seguindo as exigências da legislação; os valores aferidos por suas atividades, ou recebidos pelas indenizações, impossibilitaram tal recurso, o que os obrigou a se desfazerem do imóvel e abandonarem as áreas centrais e suas adjacências, num claro si-

nal de perda material.⁶⁵ Mas a saída dos moradores da Maciel Pinheiro não teve só um caminho ou possibilidade. A rua fora transformada em espaço exclusivamente comercial, o que obrigou seus proprietários a buscarem outras áreas da cidade. Essa busca, e a escolha dos lugares para as novas moradias, foi feita de acordo com as posses e o patrimônio de cada família ou morador, e não se deve esquecer, estava ancorada nas dimensões simbólica e venal atribuídas aos diversos territórios e espaços da cidade. Isto levou os mais bem sucedidos economicamente para um novo “bairro”, ao sul do centro, que vinha se valorizando desde o início dos anos 1930 com sua ocupação pelas modernas vivendas dos novos ricos e profissionais liberais, formado pelas Ruas da Floresta, João da Mata, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade, Afonso Campos, Vidal de Negreiros, parte da Irineu Joffily e a Praça Coronel Antônio Pessoa; outros foram para áreas mais afastadas, mas também nobres, como o bairro da Prata, que estava sendo incorporado à expansão da cidade dentro dos novos padrões de urbanismo;⁶⁶ outros ainda devem ter ido para lugares menos nobres, o que era um forte sinal da decadência econômica e da perda de prestígio e *status*.⁶⁷ Essa é uma dimensão crucial das reformas realizadas por Vergniaud Wanderley.

Aqui entro na segunda dimensão, pois a saída da área e da rua que sempre fora vista como o centro de todas as coisas da cidade, especialmente como morada das elites, tinha significados que iam além das perdas materiais. É exatamente este aspecto que parece mais significativo, o da dimensão simbólica das perdas. Em diferentes passagens deste texto já chamei a atenção, mesmo que *en passant*, para esse aspecto crucial das reformas empreendidas por Vergniaud Wanderley.

Ao abrir novas perspectivas para a Rua Floriano Peixoto, construir edifícios como o Grande Hotel, os prédios da prefeitura, e da Recebedoria de Rendas e derrubar o antigo Paço Municipal, lugar de reunião do Legislativo e do Judiciário localizado ao lado da matriz, Vergniaud Wanderley afrontava o poder e a ascendência da Igreja Católica sobre os moradores da cidade, redefinindo parte da cartografia e dos símbolos do poder local. O bota-abaixo na Maciel Pinheiro aprofundou esse processo, destruindo o território das tradicionais forças políticas e econômicas locais e de parte dos novos ricos a elas associadas por laços diversos. Resistiram principalmente os que estavam ligados às atividades que vinham ganhando importância econômica e dando nova dinâmica ao crescimento da cidade, como o comércio algodoeiro e varejista, a indústria, a mineração e as finanças. Sucumbiram alguns proprietários rurais, que não fizeram a conversão e atualização de suas atividades de acor-

do com as novas exigências do mercado, algumas famílias que viviam de renda de imóveis e mesmo comerciantes que não acompanharam as mudanças do tempo.

As memórias de D. Esmeraldina Agra Ramos e a série de reportagens realizadas por Severino Machado sobre as ruas centrais de Campina Grande são os mais fortes indícios da dimensão simbólica da derrota de algumas tradicionais famílias locais com o bota-abixo dos antigos casarões da Rua Grande ou Maciel Pinheiro.⁶⁸ A tônica de ambas é a construção de imagens harmônicas e plásticas da rua até as reformas por que passou. Um “cantinho” sagrado que tudo concentrava e atraía; território das “melhores famílias”, das articulações e memoráveis batalhas políticas, das grandes festas nos alveares das elites e das concentrações populares por aquelas mobilizadas, ou simplesmente em circulação pela feira.

Nestes escritos, a *debacle* dessas práticas é vista como resultado do nefasto progresso, ímã e parceiro dos muitos males que haviam invadido a cidade e alisado as rugosidades de seus territórios, destruindo-os e entregando-os às mãos de forasteiros, arrivistas e rastaquêras ambiciosos, sem tradição, sem nome, sem família. Da documentação pesquisada, estes textos aparecem como o mais forte e contundente contraponto à memória dominante em torno da obra de Vergniaud Wanderley; ao mesmo tempo, são os mais fortes indícios de que “a revolução urbana” por que passara Campina Grande enxotara mais do que os pobres e simples trabalhadores de suas áreas centrais.

Parece ter sido um episódio incomum nas experiências de reforma urbana no Brasil.⁶⁹ A historiografia brasileira que se voltou nas duas últimas décadas para os estudos da cidade não registrou nada parecido. A ausência de registros dos problemas e agruras enfrentados por parte das elites com as reformas no Brasil ocorreu, no entanto, por motivos diversos. Aqui lanço duas hipóteses: 1) essas perdas não ocorreram, e no mais das vezes, as elites comerciais, industriais, proprietárias e usuárias foram os principais esteios e as beneficiárias das reformas, mantendo ou ampliando seu patrimônio e posições de poder; 2) as perdas ocorreram tanto para populares como para certos grupos das elites, especialmente para os vinculados à propriedade rural e aos imóveis urbanos, mas seus registros e estudos foram negligenciados pelas opções políticas e recortes teórico-metodológicos dos estudiosos, que se voltaram para temáticas diversas, deixando à margem as possíveis derrotas das elites. Alguns se mostraram mais interessados na expulsão dos pobres das áreas centrais das cidades, na perversa concentração das riquezas, nas privilegiadas posições de poder das elites e na marginalização social e política dos trabalha-

dores e pobres em geral;⁷⁰ outros enfatizaram a institucionalização e o disciplinamento das práticas sociais, e o projeto burguês e higienista de construção de um trabalhador dócil e produtivo;⁷¹ outros ainda voltaram-se para a dimensão espetacular dos engenhos modernos e para o surgimento de novas sensibilidades, associadas às maquinarias e símbolos da modernidade burguesa, como as multidões, as fábricas, os transportes, os meios de comunicação, etc, que contribuíram para a formação de novas identidades e sociabilidades.⁷²

Cada uma das três vertentes historiográficas acima referidas, ao estudar o advento do capitalismo ou da modernidade no Brasil, faz opção por aspectos que as distanciam das trajetórias descendentes de parte das elites que viveram as atribuladas reformas por que passaram algumas cidades brasileiras no século XX.

NOTAS

¹ Este texto é parte do Capítulo 4 da tese de doutorado do autor, intitulada *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande — 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

² *Jornal de Campina* n° 2, 5/2/1933, pp. 1 e 6.

³ Idem.

⁴ Nestor de Figueredo no mesmo período estava elaborando os planos urbanísticos de João Pessoa e Cabedelo (cidade portuária), na Paraíba e em Recife, Pernambuco. Sobre suas atividades em Recife ver GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)*. Recife: CEPE, 1998, pp. 30, 86 e 91. Na discussão do plano para a cidade de Fortaleza o seu nome também foi cogitado; ver PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Ed. Ltda, 1999, p.59.

⁵ *Jornal de Campina* n° 2, 5/2/1933, pp. 1 e 6.

⁶ Uma interessante polêmica sobre os problemas e deficiências dos serviços de Saúde Pública no Estado foi travada pelos médicos Elpídio de Almeida e Walfredo Guedes Pereira, este último responsável pela Diretoria de Saúde Pública e Saneamento Rural da Paraíba. Ver “Como melhorar o nosso Serviço de Saúde Pública” (*A União* n° 264, 14/11/1930, p. 3), “Ainda sobre a nossa organização sanitária” (*A União* n° 276, 29/11/1930, p. 3) e “A ineficiência do nosso serviço de higiene” (*A União* n° 282, 6/12/1930, p. 3), de Elpídio de Almeida e as respostas de Walfredo Guedes Pereira, “Carta aberta” (*A União* n° 265, 15/11/1930, p. 3) e “Atuação da Diretoria de Saúde Pública e Saneamento Rural” (*A União* n° 278, 2/12/1930, p. 3).

⁷ Um exemplo marcante desta assertiva foi a reunião da Comissão do Plano da Cidade, em 19/5/1932. Quando da discussão do seu Regimento Interno, foi aprovada uma emenda que na prática impedia discordâncias significativas entre os diversos setores que a compunham: “consistiu em incluir entre as causas de eliminação de sócios a oposição ou hostilidade à idéia ou plano de desenvolvimento sistemático da cidade, pois é dever dos mesmos sócios defendê-lo e zelar pela sua execução;” em *A União* n° 116, 20/5/1932, p. 1. Entre 1930-1937, encontramos algumas denúncias da censura exercida por órgãos estaduais contra jornais que criticavam o governo, ver “O Liberdade impedido de circular?” em *Brasil Novo* n° 20, 23/5/1931, p. 6, e “Nota do dia”, de Hortênsio Ribeiro, em *A Imprensa*, n° de 12/1/1934 e n° de 10/4/1935.

⁸ Por não ter o que acrescentar à discussão dos embates entre as diversas correntes e tendências médico-sanitaristas entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, remeto o leitor para algumas obras que discutem os aspectos centrais da questão, mesmo as suas filiações teórico-metodológicas sendo diferentes: DINIZ, Arisosvaldo da S. *Cólera*. Representações de uma angústia coletiva (a doença no imaginário social do século XIX no Brasil). Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 1997, pp.36-121; CHALHOUN, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.168-179; ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997, pp.37-42; ANDRADE, Carlos Roberto M. de. *A peste e o plano*. O urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, USP, 1992, pp.9-35, vol. 1; Sebastião Rogério Ponte, op. cit., 1999, pp.69-130; CARPINTERO, Marisa V. T., *A construção de um sonho*. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (1917-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, pp.21-26 e WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República rio-grandense — 1889-1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC — Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, pp.83-132.

⁹ Praticamente todos os autores que utilizei associam as reformas e o crescimento das cidades brasileiras à expansão capitalista.

¹⁰ BRESCIANI, Stella, em *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, (org.). *Imagens da cidade*. Séculos XIX e XX. Anpuh/São Paulo: Marco Zero/Fapesp, 1993, e “Permanência e ruptura no estudo das cidades.” In *Cidade & História* (orgs.). FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A de F. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, pp.11-26, trabalha com a noção de nova sensibilidade em estudos sobre Paris e Londres no século XIX. A idéia do surgimento de uma nova sensibilidade com o advento das grandes metrópoles modernas é aqui utilizada para a compreensão da transformação de práticas costumeiras em problemas pelos letrados campinenses que, a partir de um certo momento, vão redimensionar sua percepção e olhar sobre questões como saneamento urbano, higiene e embelezamento das ruas da cidade. No entanto, o conceito, tal qual o compreende Bres-

ciani, foi elaborado para entender a reação de letrados das grandes metrópoles européias às suas transformações, o que só marginalmente é o caso de Campina Grande, que no período investigado tinha uma população que oscilou entre 10 e 50 mil habitantes, o que está longe de caracterizá-la como uma cidade nos moldes das grandes metrópoles européias e brasileiras.

¹¹ Vale a pena acompanhar a saga de Olavo Bilac em torno das mudanças sanitárias e estéticas do Rio de Janeiro do final do XIX e primeiros anos do século XX, em BILAC, Olavo. *Vossa insolência*. Org. Antônio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.211-298.

¹² Ver PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres na cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, e ARAÚJO, Hermes Reis. *A invenção do litoral*. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Mestrado em História, São Paulo, PUC, 1989, para as cidades de Porto Alegre e Florianópolis, e Sebastião Rogério Ponte, op. cit., 1999, e TEIXEIRA, Flávio W. *As cidades enquanto palco da modernidade: o Recife de princípios do século*. Mestrado em História, Recife, UFPE, 1994, para Fortaleza e Recife. Para diferentes cidades e regiões brasileiras ver MARINS, Paulo César Garcez, “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.” In SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do rádio*. Vol. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.131-214.

¹³ Ver “As ‘Caixas de fósforos’” em *Brasil Novo* nº 6, 14/2/1931, p. 6, e MARINS, Paulo César G., op. cit., 1998, p.163.

¹⁴ Utilizei como referência para esta afirmativa a bibliografia sobre a cidade citada neste trabalho. Nela não encontrei preocupações significativas dos letrados brasileiros, entre 1850-1930, com outras áreas da cidade que não o seu centro, a não ser quando as habitações populares significavam riscos para a economia e a saúde da população. No caso de Campina Grande, encontramos apenas Epaminondas Câmara denunciando o abandono dos subúrbios, que não eram beneficiados pelos melhoramentos que ocorriam no centro da cidade, ver *A União* nº 39, 20/2/1942, p. 2.

¹⁵ Na bibliografia utilizada praticamente nenhum autor se volta para as implicações negativas da expulsão ou deslocamento dos proprietários de grandes sobrados e casarões coloniais existentes nos centros das cidades brasileiras, mas dois autores mostram que elas também foram alvo das denúncias de médico-higienistas, urbanistas e letrados em geral, tanto por serem vistas como anti-higiênicas como anti-estéticas. Ver ANDRADE, Carlos R.M. de, op. cit., 1992, pp.98-101 e ROLNIK, Raquel, op. cit., 1997, pp.28-42.

¹⁶ ANDRADE, Carlos Roberto M. de, op. cit., 1992, pp.102-104, lista cerca de 40 cidades em 12 Estados brasileiros que tiveram projetos e pareceres de Saturnino de Brito sobre saneamento e abastecimento de água.

¹⁷ *Idem*, p.4.

¹⁸ *Idem*, p. 258.

¹⁹ Ver BÉGUIN, François. “Les machineries anglaises du confort.” In *Recherches* n° 29, p.186, L’aleine des Faubour, Paris, 1977.

²⁰ O caso de Campina Grande, apesar de não ser uma exceção, é sintomático neste sentido: em meados dos anos 1980, cerca de quarenta anos após a implantação da rede de esgotos e abastecimento de água da cidade, uma parcela significativa dos seus moradores, especialmente os da periferia, ainda não tinha acesso a esse conforto elementar da sociedade moderna. Segundo a publicação oficial *Perfil do Município*, 1985, pp.41-47, em 1983, cerca de 62% dos imóveis eram beneficiados pelo abastecimento de água, mas a rede de esgotos continuava a mesma inaugurada em 1939, com apenas 20% dos imóveis a ela ligados.

²¹ Todos os autores do volume 3 de *História da vida privada no Brasil* trabalham com a idéia da existência de uma relação específica entre público e privado no Brasil, entre o final do Século XIX e meados do século XX. O que é uma clara indicação de que os chamados valores modernos e civilizados tiveram singulares recepções no País.

²² Tal como observação feita atrás, este decreto do prefeito Antônio Pereira Diniz foi encontrado em arquivo de Cristino Pimentel e não há referências sobre a fonte; provavelmente foi publicado em *O Rebate*.

²³ CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947, pp.228-234, faz um levantamento de todas as obras realizadas por prefeitos de Campina Grande desde o final século XIX até 1947. No mesmo período da publicação do Decreto n° 51, a Assembléia Legislativa estadual aprovou o projeto, e seis meses após o governo do Estado assinou o contrato para o saneamento e abastecimento de água de Campina Grande; ver *A União* n° 140, 26/6/1936, p. 1.

²⁴ Ver PIMENTEL, Cristino, “Cousas da cidade”, *O Rebate* (s/referências), em que comenta elogiando o Decreto n° 51 de Antônio Pereira Diniz e sugere que ele seja estendido para outras ruas, como a Monsenhor Sales, onde estava situada sua casa comercial. As administrações que Cristino acompanhou cobrando o cumprimento do decreto foram as de Vergniaud Wanderley, 1935-1937 e 1940-1945, e de Bento Figueredo, 1938-1940.

²⁵ O episódio da construção da Penitenciária Pública do Monte Santo merece um artigo à parte. A construção foi iniciada com vistas a ser um matadouro público, ainda na gestão de Bento Figueredo. Mas devido aos protestos da população, já que o novo matadouro ficaria no caminho e proximidades do cemitério do Carmo, preferiu-se, ironicamente, adaptar o prédio para ser uma cadeia.

²⁶ Para uma instigante discussão sobre a idéia de tradição inventada, ver HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁷ Parte dos novos ricos, industriais, comerciantes, advogados, médicos, etc. foi morar em ruas próximas e adjacentes, que posteriormente formaram uma área de elite ao sul do centro.

²⁸ A origem francesa do seu nome era devido à admiração do seu pai, Vigolvinho Borbore-

ma Wanderley, por um personagem homônimo da França revolucionária. O sobrenome Wanderley, fora herdado de uma bisavó de origem holandesa.

²⁹ Eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa.

³⁰ Informações extraídas de DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Vol. 1, Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993, pp.203-210, e Vergniaud Wanderley (depoimento, 1980). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral, 1985. Convênio UFPB-CPDOC (mimeo). Ver também “Dr. Vergniaud Wanderley” *A União*, nº 21, 25/1/1935, p. 3. Sobre a campanha eleitoral de 1935, temos diversas propagandas, libelos, cartas abertas, crônicas e artigos em que Cristino Pimentel aparece em destaque como correligionário de Lafaiete Cavalcanti, o candidato derrotado.

³¹ Vergniaud Wanderley pôde concentrar suas forças no aformoseamento da área central na sua segunda gestão porque o saneamento e abastecimento de água já haviam sido implementados pelo governo do Estado.

³² “A eleição municipal de Campina Grande” em *A União*, nº 212, 24/9/1935, p. 1.

³³ Ver GOMINHO, Zélia de Oliveira, op. cit., 1998, pp.87-88, em que aparece com destaque a idéia da construção de um grande hotel na cidade de Recife; ver também “Vai ser construído um hotel em Campina Grande” em *A União* nº 271, 26/11/1931, e “As cidades e os hotéis” em *A União*, 8/1/1943.

³⁴ Ver Parte II do Relatório enviado à Câmara de Vereadores, op. cit., pp. VIII-IX.

³⁵ A partir daqui os comentários não se restringem apenas à sua primeira gestão, mas aos dois períodos: 1935-1937 e 1940-1945.

³⁶ Em “Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas.” In *A Paraíba no Império e na República*: Estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 203, pp.133-184, reconstituo aspectos da querela entre Vergniaud Wanderley e Cristino Pimentel em torno da mudança do local da estátua do presidente assassinado.

³⁷ Se considerarmos o universo de bacharéis, médicos e políticos campinenses ou que atuaram na cidade no período, têm-se: Argemiro de Figueredo, Plínio Lemos, Ascendino Moura, Antônio Pereira Diniz, Vergniaud Wanderley, Carlos Alencar Agra, Severino Bezerra Leite e Octávio Amorim, bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Recife, e Hortênsio de Sousa Ribeiro, bacharel em direito formado pela Faculdade do Rio de Janeiro; Chateaubrind Bandeira de Melo, Elpídio de Almeida, Apulchro Viera da Rocha, Severino Cruz e João Arlindo Correia, médicos formados nas faculdades de Medicina de Salvador e Rio de Janeiro. Praticamente todos os bacharéis e médicos acima relacionados fizeram seus cursos entre os anos 1920-1930; as exceções foram o bacharel Hortênsio de Sousa Ribeiro e o médico Chateaubrind Bandeira de Melo. Ver CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: Editora A União, 1945, pp.12-193 e CÂMARA, Epaminondas, op. cit., 1947.

³⁸ Ver “Prefeitura Municipal de Campina Grande — Decreto-Lei nº 15”, desapropriando

três prédios na Rua Venâncio Neiva, em *A União* nº 71, 28/3/1941, p. 2; “Decreto-Executivo nº 125” desapropriando 16 prédios e terrenos nas Ruas Marquês do Herval, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro, Avenida Floriano Peixoto e Praça Epitácio Pessoa, em *A União*, 1944 (s/referências); “Prefeitura de Campina Grande, Decreto nº 126”, 11/3/1944, desapropriando 8 prédios nas Ruas João Pessoa e Bartolomeu de Gusmão, em *A União*, 19/3/1944, p. 2 e “Decreto nº 131”, de 17/8/1944, desapropriando um prédio na Praça Epitácio Pessoa.

³⁹ Ver GURJÃO, Eliete de Queiroz Gurjão. *Morte e vida das oligarquias*. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994 e LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁴⁰ Ver UCHOA, Boulanger. *História eclesiástica de Campina Grande*. Rio de Janeiro, 1964.

⁴¹ ALMEIDA, Elpidio. *História de Campina Grande*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978, pp.269-278.

⁴² Vergniaud Wanderley era ateu convicto, e desde a eleição municipal de 1935 que seus adversários utilizavam sua não-religiosidade para criticá-lo, chegando alguns a atribuir as ações violentas à frente da Prefeitura à sua condição de ateu. Ver VERAS, Cassandra Carmo de L. *O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas de Campina Grande (1935-1945)*. Graduação em História, Campina Grande, UFPB, 1988, p.48, DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 1993, pp.23-210 e entrevista ao CPDOC, op. cit., 1985.

⁴³ Ver “Noticiário dos municípios — Campina Grande”, em *A União*, nº 216, 21/9/1941, p. 6, e “Opera-se em Campina Grande a maior fase de melhoramentos municipais”, em *A União* nº 27, 2/2/1942, p. 5 (2ª sessão). Boa parte das fotografias panorâmicas das décadas de 1920-1930 foi tirada do alto da torre da matriz.

⁴⁴ “Nota do dia”, em *A Imprensa*, nº 41, 24/2/1937, p. 3.

⁴⁵ Com a exoneração de Argemiro de Figueredo da interventoria e do seu irmão, Bento Figueredo, da Prefeitura de Campina Grande, no final de julho de 1940, o jornal *Voz da Borema*, de propriedade de outro irmão e advogado, Acácio Figueredo, saiu de circulação. As notícias que tenho dos empreendimentos de Vergniaud Wanderley à frente da Prefeitura no período de 1940-45 foram encontradas no jornal *A União*, órgão oficial do Estado, e no jornal católico *A Imprensa*, que deixou de circular a partir de 1942, tendo em vista as pressões e censura que lhe impôs o interventor Ruy Carneiro.

⁴⁶ Há uma vasta bibliografia sobre aspectos diferentes do Estado Novo, utilizei GOMINHO, Zélia de Oliveira, op. cit., 1998, pp.18-20; LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas/SP: Papirus, 1986; e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo*. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁴⁷ Ver DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 1993, p.206.

⁴⁸ Idem, p. 207.

⁴⁹ Em entrevista de 1980, op. cit., 1985, assim se expressa Vergniaud em resposta à pergunta se ele ou o interventor faziam política durante o Estado Novo: “Eu, pelo menos, era prefeito de Campina Grande, nunca recebi nenhuma ordem, nenhum convite para tratar de fazer política. Pelo contrário, agi como um ditador, o que é bom (risos)” (grifo meu)

⁵⁰ Ver entrevista realizada pelo autor com Esmeraldina Agra Ramos em 9 e 11 de julho de 1996; VERAS, Cassandra, op. cit., 1987, pp.37-49 e uma série de matérias intitulada “Ruas de Campina”, de MACHADO, Severino, publicada na *Revista Tudo*, do *Diário da Borborema*, entre julho de 1983 e janeiro de 1984.

⁵¹ DANTAS, J. Fernandes, *O Rebate*, nº 509, s/p.

⁵² Ver as seguintes obras: DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 1993, vols. I e II; CÂMARA, Epaminondas, op. cit., 1947, MARIZ, Celso, *Cidades e homens*. João Pessoa: Grafset, 1985, e entrevista realizada pelo autor com D. Esmeraldina Agra Ramos, em 9 e 11 de julho de 1996.

⁵³ Ver MARIZ, Celso, op. cit., 1985, p.19.

⁵⁴ Sobre reformas urbanas e o advento da modernidade em cidades e países europeus, ver BRESCIANI, Stella, op. cit., 1982; HARDMAN, Francisco Foot, *Trem fantasma: modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; SCHORSKE, Carl E. *Viena fim-de-siècle: política e cultura*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, e BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Batista. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Obras escolhidas, vol. 3).

⁵⁵ A referência ou contraposição ao caso europeu não é descabida. Mesmo que na Paris de Haussmann se vivesse sob um regime de exceção, é inegável que a França e diversos países europeus tinham diferentes tradições democráticas ou haviam passado pela experiência das revoluções de 1789, 1830 e 1848, etc. Isto é diferente do nosso secular autoritarismo. Nesta observação, acompanho BERMAN, Marshall ao comparar o modernismo de Paris ao de São Petersburgo na Rússia no capítulo “Petersburgo: o modernismo do subdesenvolvimento”, op. cit., 1987, pp.167-269. O máximo de que se pode acusá-lo é de ter feito uma leitura exageradamente etnocêntrica do modernismo russo.

⁵⁶ ROLNIK, Raquel, op. cit., 1997; CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986 e op. cit., 1996; SEVCENKO, Nicolau, *A revolta da vacina*. Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984, e op. cit., 1992 e 1998; etc.

⁵⁷ Das pessoas citadas nominalmente por Vergniaud Wanderley, identifiquei a posição social de Demóstenes Barbosa (grande comerciante e um dos maiores exportadores de algodão da Paraíba nos anos 30 e 40); Pedro do Egito (acionista e alto funcionário do Banco Auxiliar do Povo e comerciante em Campina Grande); Chico Maria (proprietário de imóveis e grande comerciante). Todos eram proprietários de grandes casarões na Maciel Pi-

nheiro. Segundo D. Esmeraldina Agra, o padre Borges morava no maior casarão da rua, que havia pertencido ao seu tio monsenhor Sales e possuía dez janelas.

⁵⁸ Ronaldo Dinoá, op. cit., 1993, pp.206-207.

⁵⁹ SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo*. Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993, p. 350.

⁶⁰ CÂMARA, Epaminondas, op. cit., 1947, p.227.

⁶¹ DINOÁ, Ronaldo, op. cit., 1993, p.207, vol. I.

⁶² Apud VÉRAS, Cassandra, op. cit., 1988, p.26.

⁶³ PIMENTEL, Cristino. *Abrindo o livro do passado*. Campina Grande: Editora Teone, 1956, pp.57-62.

⁶⁴ Idem, p. 60.

⁶⁵ Ver entrevista com D. Esmeraldina Agra Ramos, op. cit., julho de 1996, e Severino Machado, “Ruas de Campina: Maciel Pinheiro (II),” em *Revista Tudo*, do *Diário da Borborema*, 7/8/1983, p. 4.

⁶⁶ Na propaganda “V. Excia. já sabe o que é o bairro da Prata?”, sobre loteamento de terrenos na Prata, lemos: “O Dr. Nestor de Figueredo, grande urbanista brasileiro visitando aquele magnífico bairro da nossa urbs, afirmou que na Prata, Campina teria de localizar num futuro próximo as suas melhores vivendas”, em *Jornal de Campina*, nº 2, 5/2/1933, p. 2.

⁶⁷ D. Esmeraldina Agra Ramos, por exemplo, hoje mora em uma casa simples e discreta, se comparada ao palacete que seu pai tinha na Maciel Pinheiro.

⁶⁸ VERAS, Cassandra, op. cit., 1987, e entrevista com D. Esmeraldina Agra Ramos, op. cit., julho de 1996; Anuários de Campina Grande, 1980-1982; série de matérias de Severino Machado, intitulada “Ruas de Campina...”, em que o autor reconstitui, através de entrevistas com antigos moradores, aspectos da história das ruas centrais da cidade (as únicas exceções são a Rua Vila Nova da Rainha e o Beco Cavalcanti Belo) em *Revista Tudo*, do *Diário da Borborema*, entre julho de 1983 e janeiro de 1984.

⁶⁹ Não encontrei na bibliografia citada neste trabalho qualquer referência a possíveis perdas por parte das elites nos processos de transformações por que passaram as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis, João Pessoa, etc. A exceção é MARINS, Paulo César Garcez, op. cit., 1998, p.144. Com relação a cidades européias, BRESCIANI, Stella faz uma ligeira referência em “Permanência e Ruptura no Estudo da Cidade.” In *Cidade & História*, op. cit., 1992, p.17.

⁷⁰ BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992; PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. “A reforma urbana e o seu avesso”, In *Revista Brasileira de História*, vol. 5, nº 8/9, 1985, pp.139-195; ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições*.

2^a ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1995, etc.

⁷¹ Ver RAGO, Margareth, op. cit., 1985; CARPINTERO, Marisa V.T., op. cit., 1997; DINIZ, Ariosvaldo da Silva, op. cit., 1997; e PONTE, Sebastião Rogério, op. cit., 1999.

⁷² Ver BRESCIANI, Stella, op. cit., 1982; SEVCENKO, Nicolau, op. cit., 1992; e HARDMAN, Francisco Foot, op. cit., 1988.